

CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE
CONSULTORIA JURÍDICA LEGISLATIVA



ASSUNTO: PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 17, DE 02.03.2017

VEREADOR PAULINHO DO ESPORTE

“Dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação de listagem de pacientes que aguardam por consultas com especialistas, exames e cirurgias na rede pública do Município de Jacareí e dá outras providências”.

PARECER Nº 120/2017/CJL/WTBM

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do N. Vereador Paulinho do Esporte, pelo qual se pretende criar a obrigatoriedade a divulgação de listagem de pacientes em espera por consultas de especialistas, exames e cirurgias na Rede Pública de Saúde.

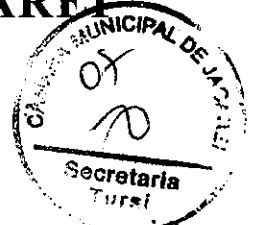
O projeto prevê a que a Rede Pública disponibilize as informações acerca da lista de espera através de meio eletrônico, mas guardando o sigilo sobre a identidade dos pacientes.

Segundo consta na Justificativa que acompanha o projeto, a intenção é dar publicidade sobre o tempo de espera e a quantidade



CÂMARA MUNICIPAL DE JACARÉI

PALÁCIO DA LIBERDADE
CONSULTORIA JURIDICA LEGISLATIVA



de atendimentos realizados mensalmente, bem como disponibilizar um meio de controle para os usuários do sistema.

O feito foi encaminhado a este órgão de Consultoria Jurídica para que seja exarado o devido parecer quanto aos aspectos formais da preposição.

Pois bem.

A Constituição Federal, em seu artigo 30, inciso I, dispõe que é competência dos Municípios "legislar sobre assuntos de interesse local".

Temos, portanto, que o Município tem competência para legislar sobre a organização do sistema de saúde de sua própria rede pública.

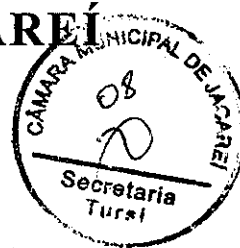
Em relação à legitimidade para propositura de projetos relativos ao tema, trata-se de um assunto controverso na jurisprudência, vez que o próprio Tribunal de Justiça de São Paulo ainda não consolidou um entendimento.

É possível encontrar alguns julgados em que se decidiu que não cabe aos Vereadores propor a obrigação de criar listagens, pois isso seria uma invasão de competência própria do Executivo, que detém o poder-dever de criar as atribuições e regulamentações de seus próprios órgãos. As leis em tal sentido, portanto, seriam inconstitucionais por ofenderem o Princípio da Tripartição dos Poderes e o Pacto Federativo.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACARÉÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE
CONSULTORIA JURIDICA LEGISLATIVA



Ocorre, porém, que outros julgados sustentam que a iniciativa para propositura de leis como a que ora analisamos é comum para o Executivo e o Legislativo, pois não implicam na criação de novas despesas e atendem ao constitucional Princípio da Publicidade. Nesse sentido:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI. Lei de iniciativa parlamentar que dispõe sobre "a obrigatoriedade de divulgação de listagens de pacientes que aguardam por consultas de especialistas, exames e cirurgias na rede pública municipal" na Comarca de Ribeirão Preto. Iniciativa comum, que não gera despesas a Municipalidade Inocorrência de vício Reserva de iniciativa do Poder Executivo elencada 'numerus clausus' no artigo 24, § 2º da Constituição Estadual e artigo 61 da Constituição da República- improcedência da ação. (TJ/SP - ADIN nº2011396-52.2014.8.26.0000)

Considerando as duas vertentes, entendemos que o processo tem condições de tramitar, **com uma ressalva: o disposto no artigo 12 do projeto é incompatível com a tese supramencionada, pois gera despesas para o Executivo, que deve suportar os custos para implantação do sistema de atendimento telefônico. Se mantido, tal dispositivo pode macular todo o restante.**

Assim, em nossa opinião, o projeto estará apto para prosseguimento **se for excluído do seu texto o referido artigo 12**.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACARÉI

PALÁCIO DA LIBERDADE
CONSULTORIA JURIDICA LEGISLATIVA



Em caso de seguir a tramitação, o projeto deverá ser avaliado pelas Comissões Permanentes de Constituição e Justiça e de Saúde e Assistência Social. Se encaminhado ao Plenário, o projeto será aprovado se favorável a maioria simples dos Vereadores, em turno único de votação.

Este é o parecer *sub censura*.

Jacaréi, 21 de fevereiro de 2017

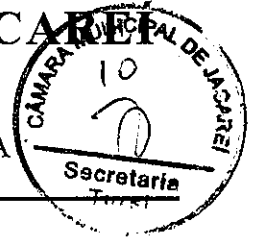


WAGNER TADEU BACCARO MARQUES
CONSULTOR JURÍDICO LEGISLATIVO



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE
CONSULTORIA JURIDICA LEGISLATIVA



PROJETO nº 17/2017

Assunto: *Projeto de Lei de autoria Parlamentar que dispõe sobre divulgação de listagem de pacientes que aguardam por consultas com especialistas, exames e cirurgias na rede pública do município de Jacareí. Possibilidade. Ressalvas.*

DESPACHO

Aprovo o judicioso parecer de nº 120/2017/CJL/WTBM (fls. 06/09) por seus próprios fundamentos, ressaltando as cuidadosas observações salientadas acerca do conteúdo do artigo 12 do projeto cuja inconstitucionalidade é patente.

À Secretaria Legislativa para prosseguimento.

Jacareí, 10 de março de 2017.

Jorge Alfredo Céspedes Campos
Consultor Jurídico Chefe
OAB/SP nº 311.112